

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Impacto da pandemia na arrecadação (3)..... 3**

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Pedidos de recuperação judicial devem subir..... 4**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**A urgência da reforma do PIS/Cofins - RIBAMAR OLIVEIRA..... 6**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Comércio eletrônico teve boom em 2020..... 8**

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Empresas usam R\$ 63,6 bi obtidos em disputas judiciais para pagar tributos..... 10**

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**CNJ quer código de processo para contencioso fiscal..... 12**

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**A tributação dos robôs (2)..... 14**

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Sem Orçamento, servidores civis e militares podem ficar sem salário..... 15**

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

**Reforma administrativa será votada no primeiro trimestre, promete Lira..... 16**

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Bolsonaro interfere na eleição da Câmara..... 17**

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Saída da Ford impõe acelerar mudanças (2)..... 19**

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Apelo aos caminhoneiros..... 20**

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Economia culpa Ciência por corte que atinge pesquisas..... 22**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Renúncia fiscal teve efeito nulo na economia, indica estudo..... 23**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Imposto menor para ricos não melhora PIB nem emprego, diz estudo..... 24**

Quinta-Feira, 28 de Janeiro de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Investimento estrangeiro cai à metade em 2020 ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Confiança abalada (3) ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Os custos da extensão do auxílio (2) ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Europa amplia restrições devido à covid-19; PIB alemão crescerá menos ..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA  
POLÍTICA

Eleição no Congresso vai ditar reforma ministerial ..... 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
POLÍTICA

Mourão antecipa troca no Itamaraty ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
POLÍTICA

Bolsonaro admite interferir na eleição da Câmara e retoma reforma ministerial ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Mourão diz que Ernesto Araújo pode ser demitido ..... 38

## Impacto da pandemia na arrecadação (3)

A queda da arrecadação federal em 2020, de 6,91% em valores reais, mais intensa do que a redução estimada do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País, de cerca de 4,5%, torna ainda mais urgente a necessidade de ajuste das contas públicas. No ano marcado pela pandemia de covid-19, era previsível que a arrecadação seria duramente afetada pela brutal redução da atividade econômica.

A política fiscal, de sua parte, já prejudicada pela perda de receita, seria, como foi, pressionada pela necessidade de medidas tributárias e financeiras de emergência para combater os efeitos da crise.

No ano passado, a arrecadação de **impostos**, contribuições e outras receitas federais alcançou R\$ 1,479 trilhão, o pior resultado, em termos reais, desde 2010. A queda da atividade econômica foi, obviamente, o principal fator para o encolhimento da **receita federal** no ano passado.

Mas, para reduzir o impacto da crise decorrente da pandemia sobre as finanças das empresas, o governo adiou o recolhimento de alguns **tributos** e reduziu a alíquota de outros.

O governo estima que os **tributos** diferidos (tiveram seu recolhimento postergado) nos meses que se seguiram à chegada da covid-19 ao País somaram R\$ 85,154 bilhões. Vencido o novo prazo para o pagamento, retornaram R\$ 64,397 bilhões. O buraco é de R\$ 28,757 bilhões. O corte do IOF sobre operações de crédito, de sua parte, reduziu a arrecadação em R\$19,690 bilhões.

Na crise, não é improvável que muitas empresas tenham deixado de recolher **tributos**. "Grande parte dos contribuintes teve atividades suspensas por causa do distanciamento, como academias, bares e restaurantes", reconhece o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias.

"É possível que essas empresas não tenham conseguido honrar seus compromissos." Acompanhando, com alguma defasagem, a recuperação da atividade econômica, a arrecadação mostrou alta nos últimos meses do ano passado.

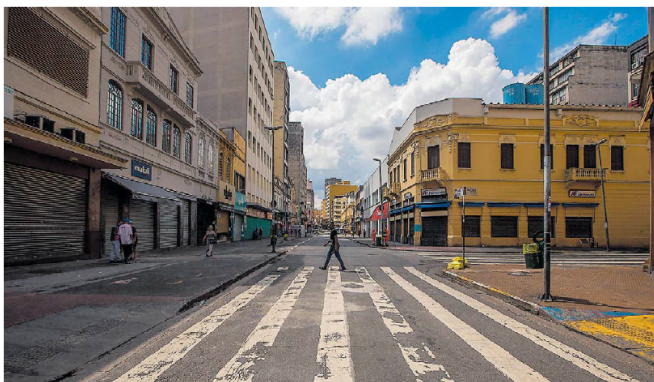
Assim, de janeiro a junho, a **receita federal** acumulou queda real de 15%. A perda se reduziu para menos de 7% no fim do ano, fato que o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, considera

"positivo", pois mostra alguma recuperação.

Com o previsto crescimento do **PIB** em 2021, a arrecadação deve se recuperar ainda mais.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pedidos de recuperação judicial devem subir



Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O número de pedidos de recuperação judicial pode chegar a 1,8 mil em 2021, uma alta de 53% em relação ao ano passado, prevê a consultoria Alvarez Marsal em estudo obtido pelo 'Estadão/Broadcast'.

A quantidade remete a patamares observados na crise de 2015 e 2016, quando uma das mais agudas crises econômicas levou grande número de empresas a pedir proteção judicial para negociar com seus credores.

O aumento atingirá principalmente micro e pequenas empresas e será reflexo dos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Esses impactos estão "adormecidos" porque o governo atuou fortemente em 2020 para ajudar companhias e famílias, minimizando o golpe do vírus sobre a atividade e o caixa das empresas. Houve adiamento de pagamento de **tributos**, possibilidade de reduzir jornada e salário ou suspender contratos de trabalhadores, renegociações de empréstimos e concessão de novos financiamentos.

No ano passado, foram registrados 1.179 pedidos de recuperação judicial no Brasil, uma queda de 15% em relação a 2019, segundo dados do Serasa Experian.

O recuo deve ser analisado com cautela justamente por causa das medidas do governo e porque a calamidade levou bancos e outras instituições a serem mais flexíveis em negociações de débitos.

Grande parte dos pagamentos e compromissos postergados, porém, começará a vencer entre março e abril deste ano, afirma o sócio-diretor da A M, João Paulo Carvalho. É quando se completa um ano do primeiro pico da pandemia no Brasil, que motivou as renegociações e as medidas de ajuda. "Quem ganhou um ano de carência (num financiamento) começa a ter de honrar esses compromissos.

Há uma pressão de caixa voltada para pagar o serviço da dívida.

Sem ter como pagar, mais empresas devem pedir proteção", afirma.

Segundo Carvalho, após a queda de 2020, o total de pedidos de recuperação judicial deve retomar a trajetória de alta no fim do primeiro trimestre de 2021 e atingir seu pico no fim do ano.

O número ainda pode sofrer variações porque a consultoria identificou uma forte correlação entre os pedidos de recuperação judicial e o desempenho do **PIB** nos 12 meses anteriores - quebrada apenas durante a pandemia porque os socorros atenuaram os efeitos da crise. Isso significa que, se a retomada do crescimento naufragar em 2021, capaz de levar a alta no **PIB** para menos de 2%, o número de pedidos pode ser bem maior.

Lei de falências. A avaliação da consultoria, porém, é que a nova Lei de Falências, que entrou em vigor no último sábado, pode suavizar esse número ao facilitar as negociações extrajudiciais entre credores e devedores, inclusive para débitos trabalhistas.

A lei reduziu o quórum necessário para a aprovação de uma reestruturação desse tipo, sem intervenção da Justiça de 66% dos credores para 50%.

Mesmo para casos em que o pedido de recuperação é formalizado junto à Justiça, há o incentivo para uma negociação prévia, durante 60 dias, para ver se há possibilidade de acordo entre os envolvidos para saldar as pendências. Nesse período, as execuções de dívidas ficam suspensas.

Outro benefício é que a lei vai garantir a bancos que emprestarem dinheiro novo à empresa em recuperação judicial a preferência do recebimento do crédito em caso de decretação de falência.

Isso vai proporcionar fôlego novo às companhias que, geralmente, enfrentam dificuldades de caixa. Hoje, os bancos não têm incentivo a conceder os financiamentos porque arcaiam com todo o custo de provisionamento de seus recursos em seu balanço, mas entrariam na fila como qualquer outro credor.

Apesar das vantagens da lei, o sócio-diretor diz que há pontos que tiram a atratividade das empresas, devido

aos vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro.

Um deles anulou o dispositivo que buscava pacificar o entendimento de que não incide PIS/Cofins sobre descontos obtidos durante negociações de dívidas ou outros passivos.

Esses descontos são considerados uma receita do ponto de vista contábil e, por isso, a Receita costumava exigir o recolhimento do tributo, mas essa tese já foi derrubada em algumas instâncias judiciais. A lei buscava pacificar o entendimento, mas o artigo foi vetado, mantendo o impasse.

"A tendência é a empresa não ter condição de honrar o compromisso (tributo) integralmente.

Isso penaliza o devedor e o credor, impacta o caixa da empresa", afirma Carvalho. Entre advogados e até mesmo entre técnicos do governo, há a expectativa de que esse veto seja derrubado pelo Congresso Nacional.

"As mudanças trazem benefícios ao processo da recuperação judicial, especialmente com relação à venda de ativos.

Um ponto importante, que será acompanhado de perto pelo mercado, é a forma de atuação do Fisco, que ganha relevância na dinâmica de negociação do plano de recuperação judicial", avalia o advogado Roberto Zarour Filho, sócio do Lefosse Advogados.

Ele se refere ao ponto da lei que garante à **Receita Federal** e à PGFN pedirem a falência da empresa que deixar de honrar suas dívidas tributárias, para as quais há uma negociação especial dentro do processo de recuperação.

Volta ao financiamento

"Quem ganhou um ano de carência começa a ter de honrar compromissos. Há uma pressão de caixa para pagar o serviço da dívida."

João Paulo Carvalho SÓCIO-DIRETOR DA A M

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A urgência da reforma do PIS/Cofins - RIBAMAR OLIVEIRA

## RIBAMAR OLIVEIRA

No ano passado, os contribuintes brasileiros fizeram compensações tributárias no montante de R\$ 167,7 bilhões, uma elevação de R\$ 62,1 bilhões em relação a 2019, de acordo com dados da **Receita Federal**. Esta foi, juntamente com a não quitação integral de **tributos** federais que tiveram prazos de pagamento adiados (diferimento), a principal explicação para a queda, em termos reais, de 6,91% da receita tributária da União em 2020, na comparação com o ano anterior.

Dito de uma forma mais direta: não foi o impacto negativo da pandemia da covid-19 na atividade econômica, em virtude do isolamento social, que jogou a arrecadação na lona. A atividade caiu muito nos primeiros meses da pandemia, mas depois houve uma recuperação rápida e, no fim de 2020, a economia estava bastante aquecida.

Foram as compensações tributárias e o diferimento de **tributos** que mais pesaram no resultado. "Sem esses fatores, não haveria queda da arrecadação", disse o secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, em entrevista ao Valor. "Teria mudado o cenário completamente e o resultado teria sido positivo", observou.

A compensação ocorre quando o contribuinte possui um crédito contra o fisco, seja porque pagou a mais um determinado tributo, seja em decorrência de decisão judicial, e o usa para quitar os seus **impostos**. Há toda uma legislação que regula essa matéria. Esta semana, ao divulgar a arrecadação da União em 2020, a **Receita Federal** disponibilizou informações mais detalhadas sobre a compensação tributária, especificando os tipos de créditos que foram utilizados pelos contribuintes.

Só por conta de pagamentos indevidos ou a maior que realizaram, os contribuintes usaram crédito no total de R\$ 11,8 bilhões para quitar suas obrigações tributárias no ano passado. Os créditos previdenciários atingiram R\$ 7,1 bilhões. Mas o maior volume de compensações decorreu de ações judiciais.

Por conta de ações ganhas na Justiça, os contribuintes utilizaram créditos no valor de R\$ 63,6 bilhões para quitar suas obrigações, ou seja, 37,9% do

valor total das compensações. Foi um aumento de R\$ 40,4 bilhões na comparação com o ocorrido em 2019. O secretário Tostes estima que cerca de 70% dessas ações contestam a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo para a incidência das contribuições do PIS e da Cofins.

Em março de 2017, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, acolheram a tese de que o PIS e a Cofins não podem ser cobrados sobre o valor da mercadoria ou do serviço já tributado pelo ICMS. Em julho de 2017, a União entrou com embargos de declaração junto ao STF pedindo que os ministros modulassem a decisão, ou seja, definissem a partir de quando a tese passaria a valer.

Desde julho de 2019, o recurso da União está pronto para ser julgado pelo Supremo. De lá para cá, a matéria entrou várias vezes na pauta de votação, mas, em seguida, foi retirada. Aparentemente, como estão cientes do efeito extremamente negativo da decisão sobre a receita da União, os ministros aguardam que o governo e o Congresso Nacional tomem a iniciativa de mudar a legislação do PIS e da Cofins para, desta forma, evitar maiores estragos aos cofres públicos.

Em meados do ano passado, o governo encaminhou o projeto de lei 3.887/2020 ao Congresso, unificando o PIS/Pasep e a Cofins, que têm origem à Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). A nova contribuição não incidirá sobre o faturamento, mas sobre o valor agregado. Ela elimina vários regimes especiais. O projeto diz, explicitamente, que o ICMS e o Imposto sobre Serviços (ISS) não integram a base de cálculo da nova contribuição. E nem mesmo a CBS, o que dará fim à chamada cobrança "por dentro", quando o próprio tributo integra a sua base de cálculo.

Por conta dessas alterações e para evitar que elas resultem em perda de receita da União, o governo propôs uma alíquota de 12% para a nova contribuição, com a ampliação da utilização de créditos. O que provocou uma reação muito forte do setor de serviços, que possui muito pouco crédito a compensar.

O projeto lei 3.887/2020 não começou sequer a ser analisado pelos deputados, pois aguarda uma definição sobre os rumos da **reforma tributária**. A

tese que predominou até agora é que o projeto terá que ser apreciado no âmbito de uma proposta mais abrangente de reforma, que também não andou. Existem duas propostas de mudança ampla do sistema tributário brasileiro, as propostas de emenda constitucional 110/2019 e 45/2019.

A nova realidade, que os parlamentares precisam avaliar, é que os juízes estão dando ganho de causa aos contribuintes que ingressam com ações na Justiça questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo de incidência do PIS e da Cofins, mesmo antes de uma decisão final do Supremo Tribunal. Ou seja, a demora dos ministros do Supremo em apreciar a matéria não está mais ajudando a União, pois a perda de receita com os dois produtos está se materializando sob a forma de compensação tributária.

Para agravar a situação, o Supremo está julgando o Recurso Extraordinário 592616, que questiona também a constitucionalidade da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins. O ministro Celso de Melo, antes da aposentadoria, votou pela tese de que o valor correspondente ao ISS não integra a base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins. Depois do voto de Celso de Mello, o julgamento foi interrompido com um pedido de vistas. Mas no dia 1-de dezembro, os autos foram devolvidos para julgamento.

A perda de receita da União em decorrência das ações judiciais relacionadas com o PIS e a Cofins torna urgente a mudança na legislação desses dois **tributos**. Os parlamentares precisam concluir com rapidez a **reforma tributária** e, se não houver acordo para a aprovação de um projeto mais amplo, que substitua um grande número de **impostos** por um tributo sobre o valor agregado (IVA), como é a proposta das duas PECs em tramitação, pelo menos que eles enfrentem as distorções do PIS e da Cofins.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras E-mailribamar.oliveira@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Comércio eletrônico teve boom em 2020

**Ribamar Oliveira**

A pandemia da covid-19 levou a uma explosão do comércio eletrônico no Brasil, ou seja, aquelas compras que são feitas de forma não presencial, por meio da internet.

Ele atingiu o valor de R\$ 231,9 bilhões no acumulado do ano passado, contra R\$ 164,2 bilhões em 2019, de acordo com o boletim sobre as notas fiscais eletrônicas da **Receita Federal**. O crescimento real (já descontada a **inflação**) foi de 41,2%.

O ritmo de expansão do comércio eletrônico acelerou com a pandemia. Em março, o aumento foi de 16% na comparação com o mesmo mês de 2019. Em maio, com a adoção de medidas de isolamento social em várias regiões do país, ele foi de 31,8%. Em junho, houve uma explosão: 73,9% de crescimento.

O aumento se manteve acima de 40% nos meses seguintes. "As pessoas descobriram o comércio pela rede (internet)", afirmou o secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, em entrevista ao Valor.

Para ele, houve uma mudança de hábito de consumo. "As pessoas passaram a comprar de tudo pela rede, de remédios, roupas, comida, a eletrodomésticos", observou. "O comércio eletrônico começa a impactar as lojas físicas", disse o secretário da Receita.

As vendas com emissão de notas fiscais eletrônicas também cresceram muito no ano passado, neste caso apesar da pandemia. Elas atingiram R\$ 8,86 trilhões, contra R\$ 9,48 trilhões, a valores de dezembro de 2020. O crescimento real foi de 6,9%.

As notas fiscais eletrônicas captam, principalmente, as vendas entre empresas de médio e de grande porte (principalmente, o comércio do fornecedor com o varejista), bem como as vendas do comércio eletrônico para pessoas físicas. Elas não registram as vendas do varejo e nem do setor de serviços.

Alguns setores sofreram mais o impacto da pandemia, que levou ao isolamento social, do que outros. As vendas da indústria, por exemplo, aumentaram 3,4% em 2020, em termos reais, na comparação com 2019. Mas o segmento de veículos, motos, partes e peças apresentou queda nas vendas de 5,6%, embora tenha mostrando recuperação nos últimos meses do ano.

As vendas do segmento de combustíveis e

lubrificantes caíram 6,4% na mesma comparação, o que demonstra o efeito da quarentena.

O campeão de vendas no ano passado foi o segmento de materiais de construção, com crescimento de 11,2% na comparação com 2019.

O segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos registrou aumento de 10,4% vendas em 2020, o que reflete, em parte, os cuidados que a população teve com saúde durante a pandemia.

No quarto trimestre de 2020, as vendas com nota fiscal eletrônica superaram as vendas em 2019, em todas as regiões do país, de acordo com a Receita.

Em novembro e dezembro de 2020, houve crescimento de +15,6% e de +20,5%, respectivamente, no total de vendas, na comparação com os mesmos meses do ano anterior.

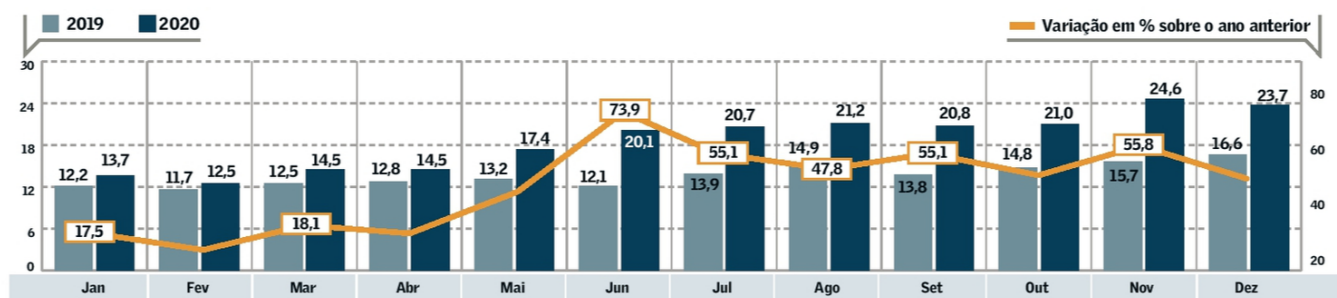
"Nós tivemos um final de ano bastante aquecido", avaliou Tostes Neto. "Houve uma recuperação importante", concluiu o secretário da Receita.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



## Comércio eletrônico

Evolução, em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal

# Empresas usam R\$ 63,6 bi obtidos em disputas judiciais para pagar tributos

**Joice Bacelo, Edna Si mão e Beatriz Olivon Do Rio e de Brasília**

Vitórias na Justiça facilitaram a vida dos contribuintes no ano passado. Com créditos tributários, principalmente da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, deixaram de desembolsar R\$ 63,6 bilhões para pagar **impostos**. Esse montante supera em 174% o que havia sido registrado no ano de 2019, quando as decisões judiciais representaram R\$ 23,2 bilhões em compensações.

As ações judiciais responderam por quase 40% do total dos créditos tributários utilizados em 2020. Representaram um alívio para as empresas em meio à crise gerada pela pandemia. Para o governo, por outro lado, acabou virando um buraco na arrecadação.

O subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento da **Receita Federal**, Frederico Faber, afirmou, nesta semana, que o forte crescimento das compensações está relacionado à chamada "tese do século".

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano de 2017, que o ICMS tem de ser excluído da base de cálculo do PIS e da Co-fins. O caso ainda não está encerrado. O desfecho depende do julgamento de um recurso (embargos de declaração) que foi apresentado pela Fazenda Nacional. Nos tribunais regionais federais, no entanto, os processos estão tramitando e sendo encerrados. É por isso que muitas empresas já têm direito ao crédito.

A Telefônica Brasil, por exemplo, registrou R\$ 1,8 bilhão de ganho com essa disputa no seu balanço. A Klabin, R\$ 1 bilhão. O Grupo Guara-rapes, que controla a rede varejista Riachuelo, informou ter R\$ 1,173 bilhão. A Lojas Marisa afirma ter obtido o direito a R\$ 780 milhões em créditos e o Magazine Luiza, R\$ 750 milhões. "Não há empresa que não tenha ação judicial sobre a exclusão do ICMS", diz um advogado.

O trânsito em julgado - quando não cabem mais recursos ao processo - serve como passaporte para as compensações (o uso do crédito para quitar débitos fiscais). A empresa calcula o que entende ter direito e faz a habilitação do crédito perante a **Receita Federal**.

"A habilitação é um processo mais formal. A partir dali,

com o carimbo da Receita, a empresa passa a ter o direito de usar aqueles valores para pagar quaisquer **tributos** federais. Mas o Fisco ainda tem prazo de cinco anos para fiscalizar e pode glosar o crédito se entender, por exemplo, que o cálculo do contribuinte foi feito de forma errada", explica Leonel Pittzer, sócio do Fux Advogados.

Luca Salvoni e Gabriel Baccarini, do escritório Cascione, afirmam que, entre os seus clientes, pouco mais de 50% já obtiveram o trânsito em julgado. A maioria desses processos se encerrou no ano de 2019 e, em 2020, as empresas começaram a usar os créditos.

O "fenômeno das compensações", segundo os advogados, tende a se repetir neste ano. Tanto porque outros processos sobre esse tema serão encerrados como em razão do estoque de créditos de quem já têm decisão judicial. "Não se esgotaram em 2020. Como essa é uma discussão que se arrasta há muitos anos, os valores envolvidos se avolumam", diz Luca Salvoni.

Além disso, afirmam os advogados do Cascione, em tempos de crise, com o lucro e a receita menores, as empresas têm menos valores a pagarem **tributos**.

As ações judiciais são o carro-chefe das compensações. Em segundo lugar na lista de créditos mais utilizados pelos contribuintes estão os saldos negativos de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL.

É possível que as empresas tenham saldo negativo se optarem pelo recolhimento por estimativa (com base numa previsão de lucro, mês a mês). No fim do ano, ao fazerem o ajuste de contas, se registrarem que pagaram mais do que deveriam, podem usar a diferença, no ano seguinte, para quitar **tributos** federais. Entre eles, o próprio IRPJ e também CSLL e PIS e Cofins.

As compensações com o uso do saldo negativo representaram R\$ 42,3 bilhões no ano de 2020. Em 2019 - quando ocupava o primeiro da lista dos créditos mais usados, haviam sido R\$ 32,3 bilhões.

"Esse aumento das compensações, como um todo, é um sintoma da pandemia. A dificuldade de pagar os **tributos** incentivou o contribuinte a buscar todo o tipo de crédito. Todo mundo buscou no centavo os créditos

que poderiam usar para compensar", afirma Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

Frederico Faber, subsecretário da **Receita Federal**, tem a expectativa de que ocorra uma "redução relevante" do total de compensações tributárias neste ano de 2021. Ele cita três motivos. O primeiro deles é que a Receita trabalha em uma auditoria em R\$ 100 bilhões de créditos tributários.

Também deve contribuir para a redução o fato de que, no entendimento de Faber, as grandes empresas beneficiadas com a decisão do STF já utilizaram grande volume de créditos no fim de 2019 e durante 2020. "Esperamos que em 2021 seja residual", disse nesta semana.

O subsecretário citou ainda o julgamento dos embargos de declaração. Ele afirmou que o entendimento dos ministros do STF não está fechado. "Ajudará na redução desses volumes [crédito tributário] se o STF finalmente julgar definindo ou a modulação de efeitos [para que a decisão não possa retroagir] ou confirmando o entendimento [da União] do crédito utilizado com base no ICMS efetivamente recolhido." Esses são os principais pedidos que constam no recurso ainda pendente de análise no STF.

A Receita publicou uma Solução de Consulta, em dezembro de 2018, afirmando que os contribuintes deveriam excluir do cálculo do PIS e da Cofins o ICMS efetivamente recolhido. Para os contribuintes, no entanto, a decisão do STF é clara no sentido de que vale o ICMS que consta na nota fiscal, que é maior e gera mais volume de crédito tributário.

Em muitos dos processos já transitados em julgado, segundo os advogados, consta, de forma expressa, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições é o da nota fiscal.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186650](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186650)**

# CNJ quer código de processo para contencioso fiscal

**Fabio Graner, Beatriz Olivon e Joice Bacelo - De Brasília e do Rio**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a **Receita Federal** criaram um grupo técnico para produzir um diagnóstico sobre o trilionário problema das disputas entre o Fisco e os contribuintes. O objetivo final é a criação de um código de processo tributário, que deve ser enviado ao Congresso Nacional pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux.

Hoje, o Brasil não tem uma legislação unificada e a intenção é que o rito a ser eventualmente estabelecido tenha validade também para Estados e municípios, dando maior racionalidade ao sistema, hoje disperso em diferentes legislações, e facilitando a vida dos contribuintes e das administrações fiscais.

Uma das idéias é promover maior integração entre os processos administrativo e judicial, agilizando o andamento do chamado contencioso tributário. Também deve ser discutido se as empresas que ingressarem com processo administrativo poderão continuar a buscar o Judiciário sem qualquer restrição, como ocorre hoje.

Duas instituições serão contratadas para fazer a avaliação do sistema, analisando questões como tempo de duração das disputas nas esferas administrativa e judicial e principais gargalos para o sistema. Além disso, avaliarão também o Distrito Federal e sete Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Ceará, representando todas as regiões do país e suas capitais, que juntos envolvem cerca de 75% do contencioso no país.

Os processos licitatórios já estão em andamento e a intenção é que estejam concluídos em fevereiro. A partir daí, a expectativa é que os relatórios sejam entregues em até seis meses. Com base nos dados levantados pelos vencedores, que podem ser instituições públicas (como universidades) ou privadas e terão apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o grupo de trabalho vai desenvolver as propostas a serem levadas ao ministro Luiz Fux, que deve transformar em um anteprojeto de lei ordinário ou complementar.

O grupo deve manter reuniões ao longo dos próximos meses para discutir o assunto, apoiando e facilitando o trabalho das instituições contratadas. Nesse grupo estarão representados órgãos que serão avaliados, como Receita, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o próprio Judiciário. Também inclui tributaristas e advogados, como Heleno Torres e Luiz Gustavo Bichara. Na edição da primeira portaria, houve um certo ruído porque a advocacia estava se sentindo sub-representada, problema que foi resolvido com o acréscimo de mais quatro advogados, entre titulares e suplentes, em uma segunda portaria.

O diagnóstico geral também será apresentado à sociedade para receber críticas e sugestões, que também devem ser organizadas e levadas a Fux. "No processo de propositura de projeto, Fux terá a participação da Receita, PGFN e OAB na construção de um desenho de projeto de lei que seja plural, democrático e que atenda aos anseios da sociedade", disse ao Valor o secretário especial de Programas, Projetos e Gestão Estratégica do CNJ, Marcus Livio Gomes, que assina a criação do grupo.

A intenção é que a minuta de anteprojeto de lei de código de processo tributário seja encaminhada ainda na gestão de Fux no comando do CNJ, que se encerra em meados de 2022. Uma das possibilidades levantadas é que se crie, assim como foi feito no novo Código de Processo Civil, uma comissão no Congresso para tratar especificamente do tema.

"São temas muito sensíveis e caros para os contribuintes, não são mudanças fáceis de serem implementadas. São alterações disruptivas que precisam, necessariamente, passar pelo Congresso Nacional", afirmou Gomes.

Estudo do Núcleo de Tributação do Insper mostra que o contencioso tributário brasileiro chegou a R\$ 5,44 trilhões em 2019. O valor total representa 75% do PIB. A média entre os países da OCDE é de 0,28% do PIB. De cada cem processos de execução fiscal que tramitaram naquele ano, apenas 13 foram baixados, segundo o relatório Justiça em Números.

O secretário-especial da Receita, José Tostes, reforçou ao Valor que a intenção é "encaminhar proposta de legislação mais moderna para o contencioso administrativo e judicial, que possibilite a

redução dos litígios e a solução com mais celeridade".

Na questão dos contribuintes terem a opção de discutir no administrativo ou no Judiciário, eventuais mudanças podem exigir emendar a Constituição. Hoje, depois de todo o processo administrativo o contribuinte ainda pode impugnar a decisão na esfera judicial. "Para que isso seja alterado, pode haver a necessidade de uma alteração da Constituição. A comissão que foi criada não descarta levar ao presidente do CNJ propostas também de alteração do texto constitucional", disse o secretário.

Segundo Manoel Tavares de Menezes Netto, coordenador-geral da representação judicial (CRJ) da PGFN, que participa do grupo, há ganho econômico para a Fazenda e para as empresas com um contencioso mais ágil. "Com processos mais rápidos, o custo da garantia para discutir o crédito cai muito", afirmou. Além disso, acrescentou, se a empresa tiver valores bloqueados no Sisbajud, por exemplo, o dinheiro ficaria parado menos tempo.

Uma fonte de grande empresa destaca que o contencioso hoje incomoda mais as empresas do que elevações de **impostos**, pois representa enorme insegurança. "Se você me perguntar de tudo o que acontece de ruim na área tributária aquilo que mais irrita o empresário e prejudica os negócios, eu diria que é o contencioso tributário. O empresário mesmo a contragosto aumenta o imposto quando o governo edita lei. Agora imagina você ser autuado por operações de cinco anos anteriores? É isso que torna o ambiente caótico", disse a fonte.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186650](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186650)**

## A tributação dos robôs (2)

**JOSÉ PASTORE**

Um dos proponentes dessa tributação é Bill Gates, com o seguinte argumento: os empregados são tributados e contribuem para a **previdência social**.

Quando um robô toma o seu lugar, a empresa nada recolhe aos cofres públicos e deixa o Estado com a responsabilidade de prover seguro-desemprego, assistência social e requalificação profissional aos desempregados.

Por isso, os robôs, simbolizando aqui os vários tipos de tecnologias, deveriam ser tributados.

O Fórum Econômico Mundial estima que o mundo precise requalificar 1 bilhão de trabalhadores até 2030 para manter os trabalhadores ajustados às novas tecnologias e evitar um desemprego em massa. Para tanto, necessita de recursos.

Muitos economistas vêm apoiando essa ideia. O Prêmio Nobel Robert Shiller defende a tributação das tecnologias quando elas tomam os empregos dos trabalhadores. Joseph Stiglitz vai na mesma direção. O assunto está na pauta dos países do G-20.

A proposta faz sentido: o Estado precisa de recursos e os trabalhadores precisam de requalificação. Mas tributar as empresas que substituem trabalhadores por tecnologias é bastante complicado.

Qual seria o fato gerador do imposto - lucro, faturamento, produção de tecnologias ou uso das tecnologias? O imposto deve ser aplicado apenas às empresas que "trocam" empregados por tecnologias? Como determinar isso? E quando as empresas criam outros empregos ou simplesmente substituem empregados menos qualificados por especialistas?

É possível determinar exatamente o desemprego gerado pela adoção de uma tecnologia? Como separar este desemprego daquele que decorre de uma recessão?

Muitos advogam simplesmente a tributação dos lucros gerados pelas tecnologias.

Mas o lucro das empresas advém de vários fatores. Como determinar a parte decorrente da adoção de determinada tecnologia? Mais complicado ainda é o fato de que as tecnologias podem ter um impacto negativo de curto prazo e positivo de longo prazo no

que tange à geração de empregos. Afinal, tributar tecnologia não inibiria as inovações e a produtividade?

Mas não há dúvida: requalificar as pessoas é uma tarefa urgente para todas as nações. Nos países avançados muitas empresas realizam programas de requalificação continuada dos seus empregados.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o projeto Pledge to America's Workers já reúne mais de 400 empresas que estão requalificando 15 milhões de estudantes e trabalhadores. Uma pesquisa realizada com uma amostra de 10 mil empregados nos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, China e Índia mostrou que 74% estão em processo de requalificação permanente para evitar a obsolescência (PwC, Workforce of the future: the competing forces shaping 2030). As ações são voluntárias e a requalificação é feita em parceria com universidades convencionais ou corporativas, escolas profissionais, consultorias e cursos online.

No Brasil, já temos exemplos de empresas que fazem isso. Cito aqui os grandes bancos, a Embraer, a Petrobrás, a Vale, a IBM, a Embrapa e outras que utilizam os mecanismos acima indicados na tarefa de manter seus empregados atualizados.

Em pesquisa do próprio Fórum Econômico Mundial, 37% das empresas brasileiras indicaram pretender requalificar seus empregados internamente; 29% desejam fazer isso em instituições privadas de ensino e formação profissional; 23% acreditam no treinamento online; e 11%, em outros mecanismos. São iniciativas valiosas: elas mostram que, em lugar de tributar, há o caminho de educar. O importante é passar da intenção à ação.

PROFESSOR DA FEA-USP, PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP, É MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sem Orçamento, servidores civis e militares podem ficar sem salário



Órgãos do governo podem ficar sem dinheiro, já nos primeiros meses deste ano, para pagar salários de servidores civis e militares por conta da demora na aprovação do Orçamento de 2021. Só há recursos para os soldos militares até abril. Isso ocorre porque, no caso das Forças Armadas, apenas 15% do orçamento para o pagamento de ativos e inativos estão disponíveis até o momento.

A situação se repete em alguns órgãos civis, como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde também não há dinheiro a partir de maio. Nos ministérios das Relações Exteriores e da Cidadania, o recurso para o pagamento dos salários só vai até maio, se o Orçamento não for aprovado até lá.

O mesmo problema afeta outras despesas, além do pagamento de salários. Para o Censo Demográfico organizado pelo IBGE (que foi adiado de 2020 para 2021 por causa da pandemia de Covid-19), por exemplo, só foram disponibilizados 10% dos recursos. Já para a complementação da União para o Fundeb (fundo que custeia a educação básica), estão disponíveis até agora R\$ 5,2 bilhões de um total de R\$ 19,6 bilhões.

## REGRA DE OURO

A situação ocorre por uma combinação de fatores e está ligada diretamente a uma regra orçamentária, prevista na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias. Por causa da sequência de rombos nas contas públicas, essa norma vem sendo quebrada desde 2019.

Para evitar punição, o governo encaminha desde 2019 ao Congresso pedido para se endividar. Enquanto esse pedido é feito, uma série de despesas ficam condicionadas à autorização dos parlamentares.

A situação piorou neste ano porque o Orçamento total ainda não foi aprovado. Por isso, não é possível tecnicamente fazer adequações internas, dentro dos próprios órgãos, para garantir o pagamento dos salários.

O entendimento dos técnicos é que os valores condicionados à aprovação do Congresso não podem ser pagos sem o aval dos parlamentares, sob pena de o presidente da República ser acusado de crime de responsabilidade fiscal.

Por conta dessa norma fiscal, chamada de regra de ouro, o governo colocou R\$ 453 bilhões de despesas (de um total de R\$ 1,516 trilhão) dependentes de aprovação do Congresso. O valor que depende de autorização está distribuído em diferentes órgãos e despesas. Em algumas pastas, como Saúde e Educação, há recursos para pagamento de salários até o segundo semestre. A verba para o pagamento de aposentadorias do **INSS** também vai até agosto. Mas, até lá, o governo espera já ter conseguido aprovar a autorização pelo Congresso.

Por isso, a maior preocupação está nos salários dos militares das Forças Armadas e dos servidores civis de ministérios menores, que têm um calendário mais apertado.

Procurado, o Ministério da Economia disse que trabalha "com a perspectiva de aprovação tempestiva dos recursos ordinários condicionados na Lei Orçamentária Anual 2021 pelo Congresso Nacional, como tem ocorrido até o momento". "Portanto, não é possível antever falta de recursos orçamentários para qualquer despesa prevista ou política pública governamental", afirma a pasta.

O Ministério da Defesa informou que acompanha a evolução da situação orçamentária, que é semelhante ao que vem ocorrendo nos anos anteriores, em função da "regra de ouro". Em geral, os recursos disponíveis para pagamento de pessoal vão até o mês de abril.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma administrativa será votada no primeiro trimestre, promete Lira

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro**

O candidato do PP à Presidência da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), buscou consolidar ontem o voto dos deputados do PSL ligados ao presidente Jair Bolsonaro com a promessa de colocar em discussão as pautas conservadoras defendidas pela bancada e defendeu mudar o regimento interno para agilizar votações.

O deputado também se comprometeu a priorizar a reforma administrativa do governo para votá-la no primeiro trimestre.

Lira afirmou que pretende votar no primeiro trimestre a reforma administrativa, que muda regras para a contratação de **servidores públicos**. "O Brasil precisa dar sinais claros de respeito ao teto [de gastos]", comentou. O prazo sinalizado por ele, contudo, é bem curto se comparado a outras propostas - a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, por exemplo, foi votada na Câmara em sete meses.

Entre as promessas do líder do PP está mudar o regimento interno da Câmara para diminuir a obstrução dos partidos de oposição - que estão aliados a Baleia ou a candidatura de Luiza Erundina (Psol-SP). "Vamos modificar um pouco do regimento para dar mais agilidade a esta Casa, para que as sessões acabem mais cedo, para que acabe com a liturgia de que todo projeto polêmico é votado na calada da noite porque enfrenta obstrução", disse.

O grupo levou ao candidato pautas como ampliar a posse e porte de armas da população, a permissão para o ensino doméstico e a mineração em terras indígenas e ouviu que não haverá tema vetado para o debate, mas caberá aos relatores negociarem para formar maioria em torno dos projetos para que sejam pautados no plenário e aprovados.

O PSL declarou apoio à candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP), mas esse grupo de dissidentes conseguiu levar a sigla ao bloco partidário de Lira. A ideia deles é emplacar o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo, como vice-presidente ou primeiro secretário da Câmara. Baleia terá até às 12h de segunda-feira para reverter isso.

Dos 53 deputados do PSL, 29 participaram das

reuniões com Bolsonaro e depois com Lira, menos que os 36 que assinaram a lista de apoio ao PP. Mas, dos quatro deputados que o grupo de Baleia tentava convencer a mudarem de novo de lado, três participaram das reuniões de ontem, num sinal de que a articulação não funcionou por enquanto. Os demais, segundo os presentes, alegaram compromissos nos Estados para faltarem aos encontros.

O líder do PP também sinalizou contra uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a condução do governo na covid-19. Disse que debaterá o tema se houver os requisitos mínimos - o apoio de 171 deputados e um "fato gerador claro" para ser investigado -, mas que um tema tão complexo como a pandemia não pode ser politizado. "Precisamos tratar este momento do Brasil com união. Condeno por onde ando a politização da vacina e dos remédios", disse.

O candidato disse que a **reforma tributária** será importante, mas a deixou em **segundo plano**. Não deu prazo e criticou uma falta de parecer após anos de debates - o relator é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aliado de Baleia.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# Bolsonaro interfere na eleição da Câmara...

**AUGUSTO FERNANDES INGRID SOARES JORGE  
VASCONCELLOS**

O presidente Jair Bolsonaro mergulhou de vez nas disputas eleitorais do Congresso, que ocorrem na próxima semana. Ontem, o chefe do Executivo pediu apoio de parte da bancada do PSL ao candidato dele para a Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Sem esconder o interesse pela eleição que vai definir o sucessor de Rodrigo Maia (DEM-RJ), ele, agora, diz que vai "se Deus quiser, participar e influir na Presidência da Câmara".

A reação de Bolsonaro surge num momento em que ele é, cada vez mais, criticado por parlamentares pela postura diante da pandemia do novo coronavírus. Tanto que, nesta semana, foram apresentados à Câmara novos pedidos de impeachment contra ele por suposto crime de responsabilidade na condução da pandemia. Preocupa o presidente o fato de que o principal rival de Lira na disputa, Baleia Rossi (MDB-SP), já ter prometido que vai analisar os processos, caso vença o pleito para chefiar a Casa.

Dessa forma, depois de passar meses dizendo que nunca interferiria nas eleições do Legislativo, Bolsonaro começou a se movimentar para que a Câmara seja comandada por alguém aliado do governo. Aproveitando a divisão interna de alguns partidos e frentes parlamentares, passou a estimular as dissidências e, ontem, reuniu-se com deputados do PSL para deixar clara a sua posição.

"Viemos fazer uma reunião com 30 parlamentares do PSL e vamos, se Deus quiser, participar, influir na Presidência da Câmara, com estes parlamentares, de modo que possamos ter um relacionamento pacífico e produtivo para o nosso Brasil", afirmou o mandatário. "Esse pessoal que foi lá é o pessoal que está do nosso lado do PSL. Quero participar com eles nesta construção de para qual partido nós iremos a partir de março."

De acordo com deputados que estiveram no encontro, Bolsonaro disse que Lira, dificilmente, será derrotado. Isso porque, o presidente aposta que muitos congressistas filiados a legendas que prometeram votar em Baleia Rossi, principalmente do DEM, devem trair o emedebista. Para estimular o PSL a escolher Lira, o chefe do Planalto instruiu a sigla a cobrar algum posto de importância na próxima Mesa Diretora, como a Vice-Presidência da Câmara.

Segundo Bibo Nunes (PSL-RS), o partido tentará emplacar Major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo na Câmara, como vice na chapa de Lira. Ele ressaltou que o colega "será o vice-presidente, merecidamente, para o bem da Câmara e por bem dos aliados do presidente". "Vamos tentar pegar a primeira vice com o Major Vitor Hugo. Vamos tentar, pois somos 36 deputados do PSL. A maioria", frisou.

Por sua vez, Vitor Hugo destacou que o PSL deve apoiar Lira em massa. "Hoje, temos uma lista consolidada de 36 deputados e temos notícia de que vários outros, que não assinaram a lista, também apoiam o deputado Lira", disse. "E nós imaginamos, nas nossas contas, que podemos chegar até próximo de 50 votos dentro do PSL para ele, independentemente de terem assinado a lista formalmente trazendo para o bloco do Arthur o PSL."

O parlamentar entende que a vitória do líder do Centrão pode facilitar a análise de pautas relevantes para o governo, sobretudo as que envolvem a agenda de costumes. Para ele, Maia atrapalhou os interesses do Planalto.

"A posição do PSL está consolidada em torno do Arthur Lira. Isso vai ser muito bom para o país e para as pautas que precisamos avançar, como a **reforma tributária** e a administrativa, que ficaram paradas na Presidência atual, que muito prejudicou o nosso país", afirmou.

## **Reforma ministerial**

Na articulação por Lira, Bolsonaro tem feito promessas de renovar a Esplanada para acomodar as indicações de parlamentares que votarem no candidato do Executivo. As pastas com mais chances de sofrerem alterações são a da Cidadania e a da Secretaria de Governo, comandadas por Onyx Lorenzoni e Luiz Eduardo Ramos, respectivamente.

Mas outras estão no radar do Centrão. Os ministérios da Saúde, de Eduardo Pazuello, e das Relações Exteriores, de Ernesto Araújo, são cobiçados pelos partidos devido à pressão que o Planalto tem sofrido para retirar os dois ministros.

O Desenvolvimento Regional e a Agricultura também podem entrar na negociação. A primeira pasta é desejada por congressistas devido à importância para o governo, visto ser um ministério que define o destino de boa parte das emendas parlamentares. Já a

segunda faz parte das conversas porque seria uma forma de Bolsonaro agradar a bancada ruralista. Recentemente, o presidente reclamou da preferência de alguns líderes da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) por Baleia Rossi. Dias depois, parte do grupo tomou café da manhã com o mandatário e prometeu apoiar Lira.

Amigo de longa data de Maia, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) discordou. "Natural que uma longa gestão produza desgaste. Ainda mais num ambiente político tão contaminado quanto o atual", ponderou. "O racha no DEM diminuiu o peso e o tamanho do partido. Politicamente, Maia tornou-se maior do que o DEM."

...E Maia fala em "anexo do Planalto"

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acusou o presidente Jair Bolsonaro de querer fazer da Casa um "anexo do Palácio do Planalto". O parlamentar fez referência à declaração do chefe do Executivo de que vai "se Deus quiser, participar e influir na Presidência da Câmara". O deputado aproveitou para defender seu candidato na eleição, Baleia Rossi (MDB-SP).

"É um alerta aos deputados e deputadas, que a intenção do presidente é transformar o Parlamento em um anexo do Palácio do Planalto, o que enfraquece o mandato de cada deputado e o protagonismo da Câmara nos debates com a sociedade", enfatizou Maia. "Precisamos de um candidato que dialogue, que tenha equilíbrio, como o Baleia. O Baleia não é oposição. O Parlamento é outro poder e, sendo outro Poder, cada mandato se dá com a liberdade que o presidente da Câmara tem para definir a pauta, com a sociedade, o governo, mas, principalmente os 513 deputados e deputadas."

Nos últimos dias do mandato à frente da Câmara, após três gestões seguidas, Maia luta para emplacar Baleia como sucessor, ao mesmo tempo que tenta se manter relevante no debate público. O governo afirma que o parlamentar sairá menor do cargo, já que a batalha que trava para alçar o emedebista vem sofrendo diversos reveses, inclusive, dentro do próprio partido. Deputados próximos divergem sobre o assunto.

Um parlamentar, sob a condição de anonimato, afirmou que a eleição tem forte papel nesse desgaste e que, sim, Maia sai menor, mas que isso não é definitivo na política. Um dos erros do atual presidente da Câmara teria sido, justamente, a demora em escolher um sucessor. Ele estaria interessado na possibilidade de reeleição, embora sempre tenha negado publicamente. "Hoje, ele sai menor, mas política é uma coisa dinâmica. Quem está forte hoje; amanhã, enfraquece. E vice-versa. Se ele for para a chefia da Casa Civil do (João) Doria e o governador de São Paulo virar presidente do Brasil, por exemplo, a situação muda", avaliou.

## Saída da Ford impõe acelerar mudanças (2)

**Ricardo Alban, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb)**

O ano começou com uma péssima notícia para o país: o encerramento das atividades de produção da Ford em território nacional, inclusive a fábrica em Camaçari, na Bahia, que teve papel fundamental na indústria do estado. Não é a primeira empresa automotiva a fazer anúncio dessa natureza em tempos recentes - e a Ford manterá a produção na Argentina e no Uruguai, o que revela a dificuldade competitiva estrutural da nossa economia.

Quando os fundamentos são ruins, incentivos específicos, como estímulos fiscais localizados, não resolvem. É hora de as lideranças da indústria e os formuladores de política agirem de forma ampla e convergente, sem deixar que especificidades travem ou atrasem as medidas a serem tomadas. Que a saída da Ford sirva de catalisador.

Na Bahia, o impacto será significativo. O setor automotivo representa cerca de 5,5% do valor da transformação industrial e cerca de 4,1% do pessoal ocupado na indústria de transformação. O prejuízo estimado é de R\$ 5 bilhões para a economia estadual - cerca de 2% do **PIB** baiano, com impacto em setores diversos, como petroquímica e logística.

A pergunta que se impõe é: a saída da Ford vai acelerar o processo de desindustrialização ou servir de acelerador para mudanças? Está claro que, além das medidas macroeconômicas urgentes para melhorar os fundamentos econômicos do país, precisamos de uma nova política industrial que se adeque e ganhe tração com a nova realidade brasileira e global.

Sem isso teremos mais baixas num setor que responde por 70,1% das exportações de bens e serviços, por 72,2% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 33% dos **tributos** federais (exceto receitas previdenciárias). Para cada R\$ 1 produzido na indústria são gerados R\$ 2,40 na economia como um todo - efeito que se estende ao desempenho do agronegócio, que colhe frutos com a mecanização e a tecnologia providas pelo setor industrial.

Por que não aprendemos com o agronegócio e construímos uma Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) à imagem e semelhança da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)? Esta, criada em 1973,

ajudou a transformar a agropecuária brasileira e tem orçamento anual de R\$ 2 bilhões. Já a Embrapii tem à disposição apenas R\$ 50 milhões para pesquisas da indústria. Sem pesquisa e inovação num mundo globalizado, vamos ficar ainda mais defasados.

A pandemia agravou esse cenário. Muitos países adotaram medidas agressivas para proteger seus mercados. O Brasil precisa rever sua estratégia de inserção global e integração regional. Isso não significa protecionismo ou subsídio. Tudo precisa ser revisto à luz das novas realidades. Muitas transformações estão em curso e deverão se intensificar, como a necessidade de agregar valor através da maior simbiose entre produto, serviços, conectividade, inteligência artificial e big data.

O país não pode se limitar a ter apenas um grande e próspero agronegócio. A pauta da indústria está além das suas atividades finais. Sua integração com os demais setores da economia é vital para uma nova lógica de desenvolvimento.

Não faltam caminhos. Nem alertas, como o da Ford. É hora de agir.

[...] Quando os fundamentos são ruins, incentivos específicos, como estímulos fiscais localizados, não resolvem. (...) O país não pode se limitar a ter apenas um grande e próspero agronegócio. A pauta da indústria está além das suas atividades finais. Sua integração com os demais setores da economia é vital para uma nova lógica de desenvolvimento

Ricardo Alban, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49420>

# Apelo aos caminhoneiros

**Ingrid Soares e Rqger Dias**

O presidente Jair Bolsonaro fez um apelo ontem para que caminhoneiros não façam greve na próxima semana. "Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil. Apelamos para eles que não façam greve, que todos nós vamos perder. Todos, sem exceção. Agora, a solução não é fácil. Estamos buscando uma maneira de não ter mais este reajuste", disse o presidente. Ainda segundo o mandatário, o governo trabalha estudando medidas para compensar a classe pelo aumento no diesel.

"Estamos estudando medidas. Agora, não tenho como dar uma resposta de como diminuir o impacto que, na verdade, foram R\$ 0,09 no preço do diesel. Mas, para cada centavo no preço do diesel, que porventura nós queremos diminuir, no caso, PIS/Cofins, equivale buscarmos em outro local R\$ 800 milhões. Então, não é uma conta fácil de ser feita", disse Bolsonaro. Ele esteve ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na sede da pasta. A reunião não estava na agenda oficial de nenhum deles. No encontro, um dos assuntos foi justamente a possibilidade de compensar os caminhoneiros pelo aumento no preço do diesel.

Bolsonaro disse que a Petrobras segue o preço da tabela internacional. "A Petrobras segue uma planilha, tem a ver com o preço do petróleo lá fora, tem a ver também com variação do dólar. Ontem (terça-feira) foi uma boa notícia, o dólar baixou R\$ 0,20". afirmou. A estatal informou que o preço médio do diesel passará a ser de R\$ 2,12 por litro nas refinarias, refletindo um aumento médio de R\$ 0,09 por litro, elevação de quase 4,5%. O aumento no preço do litro do diesel, anunciado na terça-feira pela Petrobras, reacendeu a ameaça de greve dos caminhoneiros.

Até a semana passada, apenas algumas lideranças confirmavam a adesão e associações e federações diziam se tratar de um grupo minoritário. Com o reajuste do combustível, no entanto, o descontentamento da categoria aumentou e áudios começaram a circular nas redes sociais das lideranças, com mensagens cogitando a paralisação. O presidente da Associação Nacional dos Transportes do Brasil (ANTB), José Roberto Stringasci, prevê que a paralisação da categoria na segunda-feira ganhará adesão em todos os estados, inclusive Minas Gerais.

Para ele, é fundamental que o governo escute as reivindicações da classe para que o diálogo seja mais satisfatório para ambas as partes: "O movimento dos

caminhoneiros não é pra derrubar governo, a categoria foi quem mais apoiou Bolsonaro nas eleições. Simplesmente a categoria está reivindicando as leis de 2018 que estão em aberto até hoje. O combustível aumenta toda semana, mas o piso mínimo não aumenta. Estaremos unidos com nossas lideranças nos 26 estados e no Distrito Federal para conquistarmos nossos direitos", afirmou.

## IMPOSTOS

Entre as mudanças em estudo para o preço do diesel, técnicos ressaltam que o corte no PIS/Cofins só vai adiante se houver compensação, ou seja, elevação de outro tributo ou corte de subsídio. As opções ainda estão sendo analisadas pela área econômica. Há quem seja contra a medida por considerar que resolve a questão apenas no curtíssimo prazo, sem afastar risco de novos reajustes nos preços. O presidente Bolsonaro atribuiu os preços elevados do combustível à carga de impostos, sobretudo estaduais.

"O diesel, na refinaria, o preço está razoável, mas até chegar na bomba de combustível tem ICMS, tem margem de lucro, tem transportador, tem muito monopólio no meio disso", afirmou. "A solução não é fácil e estamos buscando uma maneira de não ter mais esse reajuste (para o diesel). Porque os impostos federais, a gente sempre disse, eu estou pronto para zerar, a gente vai para o sacrifício, mas gostaria que o ICMS acompanhasse também essa diminuição", acrescentou.

## APOIO

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne sindicatos da categoria em todo o Brasil, decidiu apoiar o movimento dos caminhoneiros de protesto contra a alta dos combustíveis. Segundo a FUP, o apoio se dará por meio de inúmeras ações e protestos que serão realizados por sindicatos ligados à entidade. Entre as que marcaram atos em apoio aos caminhoneiros estão os sindicatos de petroleiros do Amazonas, Ceará e Piauí. Espírito Santo, Caxias (RJ), Norte Fluminense. Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul. As entidades prometem participar de carreatas e protestos, e algumas pretendem realizar ações beneficentes como doações de cestas básicas e botijões de gás.

Em Minas, o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-MG) vai apoiar o movimento, pois entende que o aumento dos preços dos combustíveis tem a ver com o su-

cateamento da Petrobras. Ao longo da semana, os petroleiros vão doar 100 botijões de gás de cozinha a moradores de uma ocupação. O objetivo é cobrar que o gás de cozinha seja vendido a um preço justo, seguindo a mesma lógica do diesel e da gasolina. (Com agências)

"Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil. Apelamos para eles que não façam greve, que todos nós vamos perder. Todos, sem exceção. Agora, a solução não é fácil" Jair Bolsonaro, presidente

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/01/2021/>

# Economia culpa Ciência por corte que atinge pesquisas

Brasília O Ministério da Economia atribuiu ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade pelo corte de 68,9% na cota de importação de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica. A cota é o valor total de produtos importados que ficam isentos de **impostos**. Caiu de US\$ 300 milhões em 2020 para US\$ 93,29 milhões em 2021.

A decisão de cortar os benefícios fiscais impacta principalmente as ações desenvolvidas pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) no combate à pandemia, como a Folha mostrou em reportagem publicada na terça-feira (26).

O CN Pq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tenta reverter o corte.

O órgão enviou ofícios aos dois ministérios mostrando que Butantan e Fiocruz foram os principais importadores em 2020 para projetos voltados ao combate à pandemia. Os US\$ 93,29 milhões são insuficientes para as pesquisas relacionadas ao novo coronavírus, segundo o CNPq. É o menor valor dos últimos dez anos.

A pasta de Paulo Guedes só se manifestou a respeito da decisão de cortar a cota de importação na noite desta quarta (27), quase um dia inteiro após a publicação da reportagem. "O MCTI deve, em observância ao ciclo orçamentário, enviar ao ME até julho de cada ano a proposta de limite global anual para o exercício seguinte. Em 2020, a proposta do MC-TI só chegou ao ME em setembro, quando a proposta da PLOA 2021 já havia sido encaminhada ao Congresso, em agosto", diz a nota.

A PLOA é o projeto de lei orçamentária anual, enviado pelo Executivo ao Congresso, para análise do Orçamento da União.

Diante da ausência da proposta do ministério de Marcos Pontes, a previsão da cota de importação para 2021 foi feita pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

Segundo a pasta, um aumento da cota, com a recomposição aos US\$ 300 milhões, depende de uma emenda à lei orçamentária em tramitação no

Congresso, "para cumprir a exigência de preservação do equilíbrio fiscal".

O ministério diz ter chegado aos US\$ 93,29 milhões a partir das importações efetivadas em 2019. "Não houve corte orçamentário, tendo em vista que a atual portaria repetiu o montante executado pelo órgão", diz a nota.

A Folha questionou o Ministério da Ciência sobre a posição da Economia. Não houve resposta até a conclusão desta edição.

Com base na reportagem da Folha, o senador Alessandra Vieira (Cidadania-SE) e os deputados federais Tabata Amaral (PDT-SP) e Felipe Ri-goni (PSB-ES) protocolaram na Justiça, nesta quarta, uma ação popular com pedido de anulação do ato do Ministério da Economia.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Renúncia fiscal teve efeito nulo na economia, indica estudo

**Fabio Graner**

As renúncias de **tributos** pelo governo, também conhecidos como gastos tributários, praticamente não tiveram efeito sobre o desempenho da economia brasileira. Ao contrário, em um prazo mais longo, até reduziram, ainda que em magnitude pequena, o **PIB** per capita. A conclusão é de estudo do economista Caíque Corcelli, publicado na revista "Caderno de Finanças Públicas do Tesouro Nacional". A opinião não é do órgão.

O texto apresenta cálculos matemáticos para chegar à conclusão que, de maneira geral, essa política não se mostrou eficiente. "Da análise empírica foi possível concluir que os gastos tributários entre 2003 e 2015 tiveram associação negativa, mas próxima de zero com a taxa de crescimento da economia - para cada 1 p.p. de aumento na razão gastos tributários sobre **PIB** há uma redução de 0,013% p.p. no crescimento do **PIB** per capita de longo prazo [quatro anos à frente]", diz Corcelli.

Uma das hipóteses para essa questão é que esses benefícios foram sendo dados com poucas exigências de contrapartidas em "termos de investimento, emprego e inovação tecnológica em setores de ponta, influenciando pouco o crescimento de longo prazo". "Nesta linha, os gastos tributários possuem, em sua totalidade, pouca capacidade de afetar a taxa de crescimento econômico".

O economista, que também é sócio da CBA consultoria econômica, disse ao Valor que é preciso tomar cuidado com as conclusões, que podem ser diferentes, se os programas forem analisados individualmente. Segundo ele, os resultados não querem dizer que essas políticas devem ser desfeitas, especialmente em um momento como atual, que poderia agravar a situação frágil da economia e do emprego. "Se esses benefícios fossem retirados em meio a essa crise, a situação das empresas ficaria pior", disse. Afirmou não ser contrário necessariamente a esse tipo de política pública, mas que alternativas como gasto público direto podem ser mais eficazes.

O ex-subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia e pesquisador do Ipea, Marco Cavalcanti, analisou o trabalho. "Os resultados obtidos indicam

efeito pouco relevante do gasto tributário sobre o crescimento. A maioria dos trabalhos empíricos na área de macroeconomia está sujeita a hipóteses e limitações importantes, e este não é exceção", comentou.

Cavalcanti destaca que diferentes tipos de benefícios tributários apresentam objetivos distintos, e muitos não têm preocupação direta em estimular a atividade econômica, como nos casos de desoneração da cesta básica e de medicamentos, deduções de despesas médicas do IRPF.

"Mesmo programas como o Simples têm foco maior na geração de empregos do que no estímulo à atividade econômica em geral. Logo, o aumento do montante de recursos associados a esses benefícios não deveria necessariamente apresentar impacto positivo no **PIB** alguns anos à frente. Como o trabalho trata do gasto tributário total, sem tentar separar diferentes tipos de programas, sua conclusão não representa, por si só, uma avaliação negativa do gasto tributário no Brasil", explicou.

Fábio Terra, professor da UFABC e presidente da Associação Keynesiana Brasileira, vai na mesma direção e defende um esforço mais institucionalizado de avaliação e revisão de gastos. Para ele, o estudo tem o mérito de analisar algo que é pouco estudado no país e é uma contribuição "original" nesse tema das renúncias tributárias.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Imposto menor para ricos não melhora PIB nem emprego, diz estudo

**Daniel Rittner**

Reformas tributárias que diminuem **impostos** para os mais ricos acentuam a desigualdade social, mas sem consequências significativas sobre o crescimento econômico nem sobre a criação de empregos. O achado está em um trabalho de dois pesos-pesados da cena acadêmica de Londres, que chega em momento de crescente debate sobre a sustentabilidade das contas públicas no mundo pós-pandemia.

O estudo, recém-lançado pelos professores David Hope (London School of Economics) e Julian Limberg (King's College), analisou o impacto da redução de **impostos** para o segmento mais rico da população durante meio século-entre 1965 e 2015. Foram observados 18 países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo os Estados Unidos e vários europeus.

Uma das principais conclusões é que, três anos depois dos cortes de **impostos**, a participação dos 1% mais ricos na renda nacional avançou 0,6 ponto percentual em média. Após cinco anos, essa participação ficou 0,8 ponto percentual maior. Enquanto isso, praticamente não há evidências de reflexos positivos sobre o **PIB** per capita e os indicadores de desemprego, que recebem uma influência muito marginal desse alívio tributário.

Os autores identificaram um total de 30 casos de reduções de **impostos** do gênero nos países avaliados. Para uma corrente do pensamento econômico, **impostos** mais baixos ao topo da pirâmide podem ter um efeito contraintuitivo, de melhorara renda também para a base ao girar a economia e criar empregos. Nos Estados Unidos, são argumentos com receptividade principalmente no Partido Republicano.

Além da economia americana, Hope e Limberg estudaram os seguintes países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. Nenhuma nação emergente foi incluída.

Os autores complementam: "Nossos resultados têm

implicações importantes para os atuais debates em torno das consequências econômicas de tributar os ricos, já que fornecem evidência causal que ampara o crescente leque de evidências de estudos correlatos de que cortar **impostos** dos mais ricos aumenta a participação deles na renda [nacional], mas tem pouco efeito sobre o desempenho econômico".

A intuição dos professores, não testada em levantamentos empíricos, vai na linha de que o contrário seria igualmente verdadeiro: taxar os mais ricos, em um momento em que as finanças públicas devem sair duramente combalidas da pandemia de covid-19, também não teria consequências ruins para a economia e pode ser um caminho viável para governos com dramas fiscais.

Nas palavras de Limberg, o estudo chega potencialmente como "boa notícia para governos que procuram reparar as finanças públicas depois da crise de covid-19, na medida em que [os resultados] insinuam que eles não devem estar indevidamente preocupados sobre as consequências econômicas de uma maior tributação sobre os ricos".

Países latino-americanos, como Bolívia, estão começando a implantar taxações sobre grandes fortunas. Na Argentina, foi aprovada lei que tributa, uma única vez, patrimônios acima de 200 milhões de pesos (cerca de R\$ 13 milhões). A alíquota varia de 2% a 3,5%, percentual a ser aplicado quando a fortuna supera o equivalente a R\$ 181 milhões.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>



# Investimento estrangeiro cai à metade em 2020

**MARINA BARBOSA**

Embora as incertezas econômicas instaladas pela pandemia de covid-19 tenham postergado investimentos em todo o mundo, o baque foi maior no Brasil. As incertezas fiscais e o posicionamento do governo federal em relação a temas críticos como o meio ambiente deixaram os investidores estrangeiros mais cautelosos. O resultado foi uma queda de 50% dos Investimentos Diretos no País (IDP) no ano passado, que, segundo especialistas, não será revertido tão facilmente. Segundo dados divulgados, ontem, pelo Banco Central (BC), o fluxo de investimento direto caiu de US\$ 69,2 bilhões, em 2019, para US\$ 34,2 bilhões em 2020, voltando ao patamar de 11 anos atrás. O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, atribuiu a retração "ao caráter global e à recessão gerada pela pandemia". Ele explicou que a crise sanitária afetou tanto novos investimentos, com o adiamento de novos projetos, quanto o reinvestimento de lucros das empresas já instaladas no país, que tiveram resultados piores devido à pandemia.

Rocha acrescentou que os investimentos diretos no país mostraram "queda continuada" desde abril. Em dezembro, por exemplo, o IDP somou apenas US\$ 739 milhões, 73% menos do que em dezembro de 2019. Especialistas avaliam, porém, que não foi só a pandemia de covid-19 que afastou os investidores estrangeiros do Brasil.

"As grandes empresas retraíram os investimentos no mundo todo por conta da pandemia, mas os países que fizeram o dever de casa sofreram menos. O Brasil, no entanto, gastou muito na pandemia e ainda não tem um projeto crível de médio prazo em relação à questão fiscal. Então, ficou mais vulnerável, tanto que algumas empresas deixaram o país, como a Ford", disse o economista da Órama Investimentos, Alexandre Espírito Santo. "Além disso, a questão ambiental passou a falar mais alto em muitos países, mas ainda é um desafio no Brasil", acrescentou.

A retração dos investimentos estrangeiros foi maior no Brasil do que em outros países emergentes. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a redução do IDP chegou a 24% na Indonésia, foi de apenas 8% no México e não chegou à Índia, que registrou aumento de 13%

dos investimentos diretos em 2020. Estrategista-macro da XP Investimentos, Victor Scalet explicou que o IDP corresponde aos investimentos produtivos, como a construção de uma fábrica. Ou seja, é um investimento de longo prazo, que requer confiança na trajetória futura do país e, por isso, está "em compasso de espera" no Brasil. "O investimento direto tem retorno em cinco ou 10 anos. Por isso, quando o estrangeiro olha para o país e vê essas incertezas, espera um pouco mais para entender como será a saída da pandemia e como será a dinâmica fiscal", explicou Scalet. Espírito Santo acrescentou que, nesse compasso de espera, quem perde é o trabalhador brasileiro, já que os investimentos diretos geram emprego e renda. Para os analistas, diante do cenário de incertezas, não será fácil recuperar o investimento que deixou de ser realizado no país em 2020. A expectativa é de que o IDP tenha uma "recuperação gradual" neste ano, beneficiado pela melhora da atividade econômica global e pela alta do dólar, que deixa os ativos brasileiros mais baratos aos estrangeiros. Essa recuperação, no entanto, só deve deslanchar depois que o país avançar com a vacinação contra a covid-19 e, sobretudo, com a resolução da questão fiscal. Analistas calculam que o IDP deve ficar entre US\$ 45 bilhões e US\$ 50 bilhões em 2021. Ou seja, não voltará para a casa dos US\$ 60 bilhões, como projetou o Banco Central no último Relatório Trimestral de **Inflação**.

## Confiança abalada (3)

Não há como dissociar o ritmo da vacinação contra a covid-19 da retomada da economia. O entendimento é consenso entre empresários e investidores. Todos estão apreensivos ante os embaraços e o mau planejamento para a imunização dos brasileiros. As doses que chegaram ao país são insuficientes para proteger a maior parte da população - a vacinação deverá se estender até 2022 -, o que retarda a volta das atividades produtivas em ritmo próximo ao da pré-pandemia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), caiu 2,2 pontos neste mês, em relação a dezembro último, e 4,4 pontos na comparação com janeiro do ano passado. A Bolsa de Valores teve o sexto pregão consecutivo de perdas. O dólar não para de subir, um problemão para a inflação, o que fará o Banco Central aumentar os juros. O capital está muito apreensivo.

O Brasil, com cerca de 500 mil pessoas vacinadas até agora, ocupa a 12ª posição no ranking mundial. Mas não só isso preocupa os donos do dinheiro. Fora do campo da saúde, há insegurança quanto ao compromisso do governo com o ajuste fiscal. Diante da queda de popularidade do governo, há ministros que defendem o rompimento do teto dos gastos públicos visando elevar os investimentos em obras e, assim, melhorar a avaliação do Executivo e pavimentar a reeleição em 2022. Outros têm posição contrária, cientes de que o desrespeito a essa barreira aprofundará o caos econômico, causado pela maior crise sanitária do planeta.

O aumento expressivo de gastos com saúde corroeram as finanças da União, que encerrou 2020 com rombo fiscal superior a R\$ 700 bilhões. As divergências internas no governo reforçam a insegurança de empresários e investidores. Para eles, faltam coesão e consenso quando o país tem 14 milhões de desempregados e não há brechas no caixa para estender o auxílio emergencial e os cortes de jornadas e salários dos trabalhadores, benefícios encerrados em dezembro. Aguardam, ainda, a aprovação do Orçamento da União para saber o rumo que o país seguirá.

O desânimo do capital é alimentado, também, pela disputa em relação às mesas diretoras da Câmara e do Senado, com a declarada interferência do Executivo. Uma fissura profunda no Legislativo pode postergar a aprovação das reformas tributária e

administrativa, tidas como essenciais para mudar o cenário econômico atual e conduzir o país à via do desenvolvimento. Em lugar das mudanças prioritárias, pode prevalecer a agenda de costumes, que em nada contribuirá para a retomada do crescimento.

A inabilidade do Executivo na relação com outras nações também pesa para as apreensões de empresários e investidores. Isso ficou claro durante as negociações para a compra de vacinas e insumos destinados à produção brasileira de imunizantes, acrescida da politização do medicamento. Um embate sem sentido entre os governos federal e paulista. Para o capital, não há o que discutir: a saúde das pessoas se sobrepõe a outros interesses.

O fechamento de fábricas da Ford foi um alerta para o poder público, que poderá ser seguido por outras empresas e estimular a evasão de investidores. São muitos os desafios da equipe econômica. É preciso ficar atento: qualquer ação que possa afetar ou aprofundar a crise sanitária prejudicará ainda mais a economia de um Brasil já combatido.

# Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas

**Fernando Canzian**

O aumento da desigualdade de renda provocado pela pandemia da Covid-19 comprometerá o crescimento global nos próximos anos e pode desencadear uma nova onda populista e antirreformas em países que precisam modernizar suas economias, como o Brasil.

Mais endividados e com déficits maiores após os gastos na pandemia, muitos países terão dificuldade de explicar ao eleitor, em um cenário de mais desigualdade e empobrecimento, que a eventual perda de direitos no presente (como numa reforma para conter o gasto público) representaria crescimento maior à frente.

Segundo dois dos maiores especialistas em desigualdade da atualidade, Angus Deaton, Prêmio Nobel de Economia, e Branko Milanovic, autor do best-seller "Global Inequality", a combinação de menos crescimento e reformas econômicas em xeque trará consequências políticas imprevisíveis -assim como o aumento da desigualdade nos últimos anos teria alimentado líderes e partidos populistas ou extremistas.

Deaton e Milanovic explicitaram esse cenário em seminário online promovido pelo EBRD (European Bank for Reconstruction and Development), que reúne 69 países e financia projetos para reformas estruturais.

Para a economista-chefe do EBRD, Beata Javorcik, professora em Oxford, assim como na crise de 2008-2010, os pacotes bilionários implantados ao redor do mundo na pandemia poderão, mais uma vez, concentrar recursos em poder de elites que controlam a política

"Temo que governos corruptos emerjam mais fortes dessa crise", diz.

Em vários aspectos, a expectativa é que a recuperação pós-pandemia seja em forma de "K" com os mais ricos mantendo-se mais protegidos e beneficiados pelos pacotes de ajuda; e os mais pobres e as minorias perdendo mais.

Nos EUA, por exemplo, enquanto milhares de pequenos negócios fecharam e 2020 terminou com 10,7 milhões de desempregados, o índice S P 500 da

Bolsa de Nova York subiu 16% no ano; o Nasdaq, das empresas de tecnologia, 44%.

Segundo Deaton, com dois terços da força de trabalho americana sem diploma universitário e mais voltada ao setor de serviços, os mais escolarizados concentraram renda ao manter-se empregados e trabalhando remotamente.

As mulheres, que predominam em áreas de atendimento pessoal, também sofreram mais, aumentando a disparidade de rendimento ante os homens. Elas também estão tendo mais dificuldade, por causa dos filhos sem aulas presenciais, de trabalhar em casa.

O economista lembra que, após subir entre 1959 e 2014, a expectativa de vida dos americanos vem caindo-sobretudo pelo aumento da mortalidade precoce dos mais pobres.

Em termos políticos, estudo do Brookings Institution sobre as eleições de 2020 nos EUA revelou que áreas mais pobres (2.497 condados que respondem por apenas 30% do PIB) votaram majoritariamente em Donald Trump -indicação de que os mais desfavorecidos aceitaram melhor seu discurso populista.

No final, Joe Biden venceu somente em 477 condados, mas mais populosos e que respondem por 70% do PIB.

Para Milanovic, o aumento do endividamento e do déficit em quase todas as economias também exigirá, em algum momento, a reversão dos gastos estatais -o que pode provocar mais ondas de descontentamento e uma preferência por extremistas ou promessas difíceis de cumprir.

Na eleição presidencial de domingo (24) em Portugal, por exemplo, o partido de extrema direita Chega! teve 500 mil votos e, segundo pesquisas, tem hoje 9% da preferência do eleitorado (era 1,3% em 2019).

Milanovic destaca também que, ao contrário das crises financeiras recentes ou mesmo das grandes guerras, a pandemia atual é genuinamente um fenômeno global - e ele afeta diretamente os mais pobres.

"Esse não será um aumento temporário na desigualdade, o que também não nos leva a uma situação de estabilidade a longo prazo."

Temo que governos corruptos emerjam mais fortes dessa crise

Beata Javorcik

economista-chefe do EBRD (European Bank for Reconstruction and Development)

Esse não será um aumento temporário na desigualdade, o que também não nos leva a uma situação de estabilidade alongo prazo

Branko

Milanovic

autor do best-seller "Global Inequality"

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49420&anchor=6427447&pd=b0fc32049438a40b28565a70b7942cdf>**

## Os custos da extensão do auxílio (2)

**Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio**

No fim do ano passado era crescente a expectativa de que o real iria reverter sua tendência de depreciação. As perspectivas positivas para o crescimento mundial, os elevados preços das commodities e o ambiente de abundante liquidez internacional conspiravam a favor das moedas de países emergentes.

Nossa moeda -cujo desempenho entre seus pares, com exceção da Argentina, havia sido o pior no ano de 2020-parecia ter um futuro promissor.

Assim como todos os preços de uma economia, o valor da moeda reflete seus fundamentos. A pior performance do real pode ser explicada em grande parte pela enorme incerteza fiscal, sobretudo pelo flerte com o abandono do teto de gastos e a possibilidade de uma segunda onda de contágio não só impedir a recuperação da atividade mas também pressionar ainda mais a elevada dívida pública.

Inspirados na coluna do Samuel Pessoa "Longos ciclos cambiais" (folha, com/5y7rvf01), eu e meu colega Lucas Vilela fizemos alguns exercícios econométricos no Credit Suisse para conjecturar qual seria a taxa de câmbio nominal, levando em consideração variáveis como preço das commodities, produtividade, diferencial das taxas de juros doméstica e externa e duas medidas que andam junto com o risco fiscal: o CDS (Credit Default Swap, ou risco de calote externo) e a inclinação da curva de juros doméstica. Nossos cálculos apontam para um câmbio ao redor de R\$ 5,00 por dólar, aproximadamente.

O efeito das variáveis que se correlacionam com o risco fiscal é bem significativo. Alguns exercícios simples de estática comparativa nos revelam que, se a incerteza fiscal fosse menor, como no fim de 2019, a taxa de câmbio estaria mais próxima de R\$ 4,6.

Entender que a dinâmica do câmbio está sendo determinada em boa parte pela situação fiscal é extremamente relevante. A moeda mais depreciada e as commodities em alta são as principais causas da **inflação** elevada.

A situação hoje é bem diferente daquela observada em 2005-2007, quando a valorização das commodities aumentou a entrada de divisas, levando à valorização do câmbio e permitindo a queda da **inflação** e dos juros. Agora, a incerteza fiscal leva à busca por

proteção no dólar, pressionando a **inflação** e os juros.

O Banco Central e muitos analistas esperavam que a alta da **inflação** fosse transitória. Após uma recessão de cerca de 4%, não seria razoável supor que teríamos **inflação** de demanda.

Choques de oferta são geralmente temporários. É aqui que entra o fiscal mais uma vez, afetando não apenas o câmbio mas principalmente as expectativas inflacionárias. Em países sem credibilidade fiscal, choques de oferta se alastram para os demais preços da economia rapidamente e deforma mais duradoura.

O Banco Central sinalizou que poderá começar o aperto monetário a qualquer momento. Entretanto, a alta dos juros não aumentará a atratividade do país enquanto a expectativa dos investidores indicar fragilidade da moeda.

Estamos próximos do fim do recesso do Congresso, quando se dará de fato o intenso debate sobre a prorrogação do auxílio emergencial e das reformas fiscais. Veremos efetivamente qual será a relevância da responsabilidade fiscal tão alardeada pelo governo e pelos candidatos às presidências da Câmara e do Senado. Se a renovação do auxílio for inevitável, será fundamental condicioná-la às medidas de redução de despesas, como a PEC Emergencial.

Argumenta-se que o novo auxílio será menos custoso e focado nos que realmente precisam. Essa é uma condição necessária para qualquer expansão fiscal: custos devem ser minimizados; e benefícios, maximizados.

No entanto, a realidade não muda: sem delimitar outras despesas, precisaremos emitir mais dívida. A curva de juros e o câmbio responderão não só pelo montante a ser gasto mas principalmente pela possibilidade de uma quarta prorrogação e pelo fato de que, sem a PEC, a manutenção do teto de gastos neste ano estará em xeque.

Não será fácil rolar uma dívida de 90% do **PIB** sem mostrarmos que somos capazes de gerar superávits primários no futuro. Se não estamos dispostos a cortar ou congelar despesas temporariamente, quem dirá fazer reformas estruturais que aumentem nossa capacidade de pagamento.

O auxílio é emergencial, assim como a PEC. Câmbio mais depreciado e juros mais altos levarão a mais

**inflação** e menos crescimento, prejudicando os mais pobres, aqueles que se quer ajudar com o auxílio.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49420&anchor=6427447&pd=b0fc32049438a40b28565a70b7942cdf>**

# Europa amplia restrições devido à covid-19; PIB alemão crescerá menos

A Alemanha vê uma recuperação mais lenta do que a prevista neste ano, devido ao estrago causado pela pandemia de covid-19, enquanto outros países europeus continuam a anunciar mais restrições para conter as infecções.

O governo alemão cortou ontem a sua previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 4,4% para 3% neste ano, citando o impacto do "lockdown" em vigor desde o início de novembro. O confinamento foi reforçado em dezembro e continuará em vigor até meados de fevereiro.

"A recuperação continuará em 2021, embora com menos ímpeto", afirmou o ministro da Economia da Alemanha, Peter Altmaier. "A situação ainda é séria e o perigo das variantes do vírus não foi superado. Portanto, não podemos colocar precipitadamente em risco o que conquistamos."

Pesquisa do Instituto Ifo apontou que as empresas alemãs reduziram seus planos de contração no início deste ano em virtude do prolongamento das restrições. "O lockdown está levando a mais demissões, particularmente no setor de varejo", disse Clemens Fuest, presidente do Ifo.

Mas a tendência no curto prazo é de mais restrições. O governo alemão estuda o fechamento das fronteiras do país, após alertas de virologistas, para tentar conter a disseminação de cepas mais infecciosas do coronavírus. Isso deve levar à suspensão de voos.

Ontem, a Noruega decidiu fechar suas fronteiras a todos os visitantes, com exceção de pessoal essencial, a partir da meia-noite desta sexta-feira. "Na prática, a fronteira será fechada para qualquer pessoa que não more na Noruega", afirmou a premiê, Ema Solberg.

A França pode entrar num terceiro lockdown para conter a escalada de casos, que ontem atingiu quase 27 mil, o maior nível desde novembro. O governo já admitiu que o toque de recolher mais rígido, da 18h às 6h, não está bastando. Mas presidente Emmanuel Macron ainda está indeciso. Pesquisa ontem mostrou que 52% dos franceses se apõem ao novo lockdown.

O combate à epidemia na Europa está sendo prejudicado pela falta de vacinas. Ontem a União

Europeia intimou a farmacêutica AstraZeneca a cumprir com as entregas previstas em contrato.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Eleição no Congresso vai ditar reforma ministerial

O Palácio do Planalto entrou com força para decidir a eleição às Presidências do Senado e da Câmara, marcada para a próxima semana. Se, antes, o presidente Jair Bolsonaro defendia a independência dos Poderes, ontem, em reunião com parlamentares do PSL, disse que vai, "se Deus quiser, participar e influir na Presidência da Câmara".

A ofensiva do governo deixou indignado o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, padrinho do candidato Baleia Rossi (MDB-SP). Os acordos fechados para eleger Arthur Lira (PP-AL) terão reflexos na Esplanada. O vice-presidente Hamilton Mourão anunciou uma recomposição de forças políticas no governo após o pleito no Congresso e mencionou uma provável saída de Ernesto Araújo da pasta das Relações Exteriores. PÁGINAS 2 E 3



# Mourão antecipa troca no Itamaraty

**Renato Souza**

O vice-presidente Hamilton Mourão indicou que o presidente Jair Bolsonaro vai colocar em prática uma **reforma ministerial** após as eleições às Mesas Diretoras do Congresso. De acordo com o general, uma das trocas deve ocorrer no Ministério das Relações Exteriores, com a saída de Ernesto Araújo. As alterações têm por objetivo agradar a base do governo na Câmara, que ensaia votar em peso no deputado Arthur Lira (PP-AL) para o comando da Casa. O foco é atender, especialmente, ao Centrão, maior bloco e que tem peso elevado na escolha da nova gestão.

Líder do Centrão, Lira é aliado do governo e concorre diretamente com Baleia Rossi (MDB-SP), que se opõe às políticas do governo Bolsonaro. De acordo com Mourão, as mudanças ocorrerão em breve. "Não tenho bola de cristal nem esse assunto foi discutido comigo. Mas, em um futuro próximo, depois da eleição dos novos presidentes das duas Casas do Congresso, poderá ocorrer uma reorganização do governo para que seja acomodada uma nova composição política que emergir desse processo", afirmou. "Talvez, com isso aí, alguns ministros sejam trocados, entre eles, o próprio MRE (Ministério das Relações Exteriores)", emendou, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

Ernesto Araújo é alvo de críticas no Brasil e no exterior pela condução da diplomacia. Alinhado ao ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, derrotado pelo democrata Joe Biden, o chanceler colecionou atritos com a diplomacia chinesa, país do qual o Brasil depende para receber vacinas e insumos destinados à fabricação de imunizantes.

Em novembro, o chanceler saiu em defesa do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que, nas redes sociais, havia associado o governo chinês à "espionagem" por meio da tecnologia 5G. Na ocasião, o presidente chegou a elogiar Araújo pela iniciativa, mas escalou outros ministros para negociar a importação das vacinas. Também ocorreram problemas com a Índia, que atrasou em uma semana a liberação para o Brasil de lotes do imunizante desenvolvido pela Universidade de Oxford.

Na quinta-feira, Bolsonaro levou Araújo para participar de sua live semanal e afirmou que não exonera o titular das Relações Exteriores. "Quem demite ministro sou eu", enfatizou, na ocasião. (Com Agência Estado)

# Bolsonaro admite interferir na eleição da Câmara e retoma reforma ministerial

*Daniel Carvalho, Gustavo Uribe, Julia Chaib e Danielle Brant - Brasília*

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) admitiu interferência do Poder Executivo na eleição para o comando da Câmara e disse que "se Deus quiser" vai influir na presidência da Casa.

Para tentar eleger o líder do centrão, deputado Arthur Lira (PP-AL), o Palácio do Planalto tem desde o final do ano passado acenado com cargos e emendas -e ameaçado retirar de funções na máquina federal indicados políticos de deputados federais de siglas como MDB e DEM.

"Viemos fazer uma reunião aí com 30 parlamentares do PSL e vamos, se Deus quiser, participar, influir na presidência da Câmara, com estes parlamentares, de modo que possamos ter um relacionamento pacífico e produtivo para o nosso Brasil", disse Bolsonaro nesta quarta-feira (27).

Mais tarde, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reagiu e afirmou que a interferência do Planalto na disputa legislativa "terá sequelas de qualquer lado".

"E um alerta aos deputados e deputadas de que a intenção do presidente é transformar o Parlamento num anexo do Palácio do Planalto, o que enfraquece o mandato de cada deputado e cada deputada e, principalmente, o protagonismo da Câmara dos Deputados nos debates com a sociedade", afirmou.

Bolsonaro deu a declaração pela manhã, em live da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) na entrada do Palácio da Alvorada. Foi depois de café da manhã do presidente com parte da bancada federal do PSL, partido pelo qual ele se elegeu em 2018.

No encontro, segundo relatos de deputados presentes, Bolsonaro afirmou que dificilmente Lira perderá a disputa para o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), candidato de Maia, e que a vitória do líder do PP será um novo momento para o PSL, que terá mais influência na Casa.

Depois, após visitar o Ministério da Economia, Bolsonaro admitiu a um grupo de jornalistas que tratou das disputas na Câmara e no Senado. As duas

eleições estão marcadas para segunda-feira (i°).

"Foi um encontro político, tratando de eleição de Mesa. Esse pessoal que foi lá é o pessoal que está do nosso lado do PSL", disse. "Quero participar com eles nesta construção de qual partido nós iremos a partir de março." Na reunião, ele mencionou duas opções de siglas: o PTB e o Patriota. Afirmou também que o PSL deve cobrar de Lira um posto na Mesa Diretora, de preferência a primeira vice-presidência. O nome de Bolsonaro para o cargo é o do Major Vitor Hugo (GO).

A interferência de Bolsonaro na disputa legislativa levou Maia a telefonar na terça (26) para o ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos. No telefonema, revelado pela Folha, reclamou da articulação política do Planalto.

Em uma conversa exaltada, Maia disse a Ramos que estava incomodado com o movimento do governo para gerar defecções no DEM. Disse também que não aceitava interferência e que as investidas do governo precisam ter um fim.

Em resposta, Ramos negou que o Planalto tenha interferido no DEM. Disse que o Executivo tem mantido distância da disputa na Câmara, pois Arthur Lira coordena a própria campanha.

Em entrevista à tarde, Maia reconheceu que se excedeu no telefonema. "Eu já mandei o recado pedindo desculpas pelo meu excesso." O presidente da Câmara estimou que o Executivo tenha prometido cerca de R\$ 20 bilhões em emendas extraordinárias para tentar assegurar apoio a Lira.

"Pela conta que eu fiz e pelo Orçamento que teremos para 2021, pelo que já vi que o governo está prometendo junto com seu candidato, vai dar pelo menos uns R\$ 20 bilhões de emendas extraordinárias", disse. "Eu quero saber em que Orçamento para o ano de 2021, com todo problema do teto de gastos, que eles poderão cumprir, se vitoriosos, essa promessa." "A cada dia que passa, as pessoas vão vendo que vão acabar sendo enganadas nesse toma lá dá cá", afirmou. "Vai ser muito difícil tudo que eles prometeram conseguirem encaixar no Orçamento primário." Com o avanço de Lira, hoje favorito, Bolsonaro retomou nesta semana as negociações para fazer uma **reforma ministerial** em

fevereiro.

No início do mês, o presidente parou as articulações quando Baleia fechou acordo com partidos de oposição.

Com o apoio do PSL a Lira e as defecções no DEM, o presidente afirma que dificilmente o líder do centrão perderá a disputa legislativa e voltou a desenhar um esboço de mudanças na Esplanada dos Ministérios, abrindo mais espaço para partidos do grupo.

As alterações em discussão envolvem até mesmo a chamada cozinha do Planalto, pastas que despacham na sede administrativa do governo.

Uma delas é a transferência da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para a Secretaria de Governo, responsável pela articulação política.

Bolsonaro avalia que a ministra teve um excelente desempenho nas negociações com a China e a Índia para a liberar insumos e vacinas para o Brasil e considera a necessidade de reaproximação com a bancada ruralista.

Embora seja um dos pilares de sustentação da atual gestão, a frente parlamentar se distanciou do Planalto na crise sanitária. Parte dela chegou a anunciar apoio a Baleia, o que irritou o presidente.

A ideia de Bolsonaro é indicar um dos nomes da bancada, filiado a uma sigla do centrão, para substituir Tereza Cristina na Agricultura.

O presidente considera também remanejar o ministro Onyx Lorenzoni da Cidadania para a Secretaria-Geral da Presidência, abrindo espaço para o centrão. Caso Onyx assuma a pasta, que despacha no Planalto, a ideia é tirar dela a SAJ (Subchefia para Assuntos Jurídicos) e vinculá-la à Casa Civil ou diretamente à Presidência.

Bolsonaro ainda avalia se entregará o Ministério da Cidadania, cobiçado devido à atribuição de coordenar programas sociais, para o Republicanos ou para o PSC, partidos que têm forte relação com igrejas evangélicas.

Para acomodar as duas siglas, o Planalto estuda novamente desmembrar da Economia e recriar pasta de Indústria e Comércio. Se levar adiante a proposta, mesmo a contragosto do ministro Paulo Guedes, a ideia é que ela seja entregue ao presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP).

Bolsonaro também avalia como contemplar o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP),

que não conseguiu disputar a reeleição ao cargo. Uma das hipóteses em avaliação é a pasta do Desenvolvimento Regional.

Apesar da pressão pelas saídas de Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), o presidente tem sinalizado que não fará mudanças por ora.

Bolsonaro, contudo, não descarta trocá-los a qualquer momento caso o desgaste de ambos se agrave.

Para a Saúde, é defendido desde o ano passado o nome do líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), que foi ministro da pasta durante o governo de Michel **Temer** (MDB). O nome dele chegou a ser citado inclusive em reunião promovida na Casa Civil.

Para o Itamaraty, três nomes são avaliados, dois deles de embaixadores: André Corrêa do Lago, hoje na Índia, e Nestor Forster, nos EUA. O primeiro é neto do diplomata Oswaldo Aranha e ajudou a destravar o transporte das vacinas da Índia.

O segundo conta com o apoio do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente.

Com a indicação de um outro embaixador, além de nomear alguém de sua confiança para o cargo de ministro, o presidente sinalizaria ao governo do novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, uma mudança de postura.

Uma terceira opção em análise é o nome do atual secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha. Além de falar cinco idiomas, o militar já foi enviado pelo presidente para missões diplomáticas no Líbano e na Argentina.

-

Governista, Arthur Lira resiste a criar CPI da Covid O líder do centrão e candidato de Jair Bolsonaro à presidência da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) demonstrou resistência à criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar a gestão do governo federal durante a pandemia da Covid-19.

Lira participou nesta quarta-feira (27) de entrevista da frente parlamentar contra a corrupção. Nas palavras do deputado, também líder do PP na Câmara, a crise sanitária "não pode ser motivo de embates políticos para nós trazermos para discussão traumas de interrupções bruscas democráticas".

O candidato de Bolsonaro a firmou que qualquer C PI

tem que cumprir requisitos, como o mínimo de 171 assinaturas e um "fato gerador claro", e que "essa situação não seja politizada".

"Eu condeno a politização da vacina. Todos os brasileiros precisam que essa luta seja feita em conjunto por todos nós", disse. "Não podemos claudicar nesse momento para que o Brasil aprofunde a crise, porque é um problema mundial".

"Nós já dissemos "fique em casa", nós já dissemos "saia de casa", nós já dissemos "vá quando tiver falta de ar", nós já dissemos "vá aos primeiros sintomas", nós já politizamos os remédios. Nós não podemos fazer isso", disse.

Lira pregou harmonia e afirmou que a pandemia exige "muita serenidade. Não é justo tensionar."

Criticado por gastos, presidente xinga imprensa

Jair Bolsonaro rebateu críticas sobre gasto de R\$ 1,8 bilhão do governo federal em alimentos e bebidas em 2020 com novo ataque à imprensa. "Vai para puta que o pariu. Imprensa de merda essa daí. É para enfiar no rabo de vocês aí, vocês não, vocês da imprensa essa lata de leite condensado", disse, em vídeo que circula nas redes sociais. O gasto foi divulgado pelo portal Metrôpoles. Entre os produtos adquiridos estão R\$ 2,5 milhões em vinhos para o Ministério da Defesa e, R\$ 15 milhões em leite condensado e R\$ 2,2 milhões em gomas de mascar.

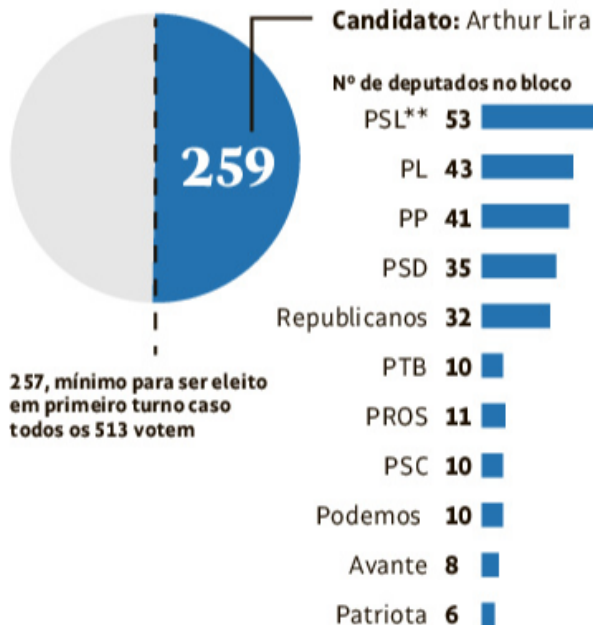
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

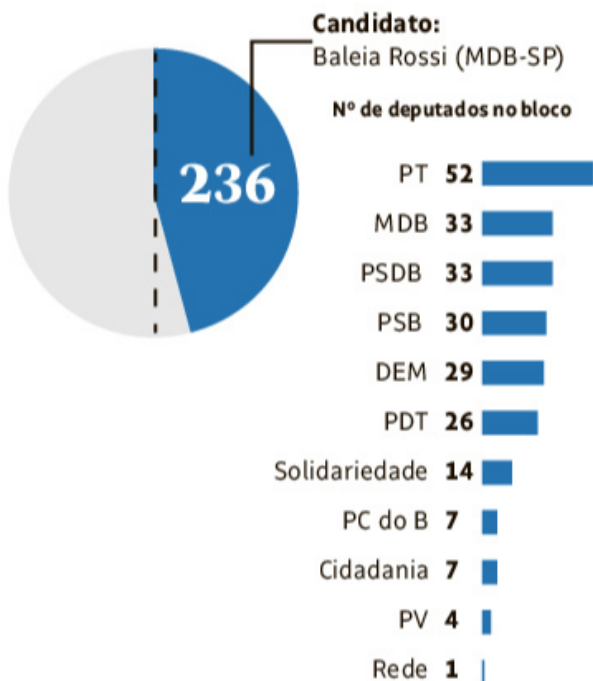
**20**

## Como está a disputa da Câmara

Grupo de Arthur Lira (PP-AL)\*



Grupo de Rodrigo Maia (DEM-RJ)\*



\*Os apoios ainda são sinalizações e só se tornarão oficiais no registro das chapas, na véspera da votação. Até lá, pode haver mudanças \*\*A bancada está com 17 deputados suspensos. A Câmara decidirá se levará em conta no cálculo o total de deputados punidos. Além disso, a direção do partido anunciou apoio a Baleia e o partido está rachado ao meio: 37 parlamentares assinaram lista a favor de Lira  
Fonte: Câmara dos Deputados e reportagem

# Mourão diz que Ernesto Araújo pode ser demitido

Anne Warth / BRASÍLIA

Isolado pelo governo das discussões sobre importação de vacinas contra a covid-19, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foi incluído ontem pelo vice-presidente, Hamilton Mourão, como um dos possíveis demitidos na **reforma ministerial** prevista para acontecer no mês que vem. Alinhado ao expresidente dos Estados Unidos Donald Trump, derrotado pelo democrata Joe Biden, o chanceler colecionou atritos com a diplomacia chinesa, de quem o Brasil depende para receber insumos para a fabricação de imunizantes.

"Julgo que, num futuro próximo, após a questão das eleições dos novos presidentes das duas casas do Congresso, poderá ocorrer uma reorganização do governo para que seja acomodada, vamos dizer assim, a nova composição política que emergir desse processo", afirmou Mourão, em entrevista à Rádio Bandeirantes. "Então, talvez, nisso aí, alguns ministros sejam trocados, entre eles o próprio MRE (ministro das Relações Exteriores)", completou. O vice, porém, disse não ter falado com Bolsonaro sobre o assunto e que não participará da decisão. "É algo que fica na alçada do presidente." Trocas. As mudanças na Esplanada dos Ministérios têm sido negociadas pelo governo para tentar influenciar as disputas pelo comando da Câmara e do Senado.

O movimento é considerado fundamental para o Palácio do Planalto impor sua agenda nos dois últimos anos de mandato.

Uma das alterações estudadas é transferir o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, para a Secretaria-Geral da Presidência, abrindo espaço para que um nome do Centrão assumira a articulação política.

No caso de Ernesto, embora seja o responsável pela relação do Brasil com outros países, o ministro foi excluído das negociações para a compra de insumos após atritos com os chineses. O governo escalou outros ministros para negociar a importação dos produtos necessários para a fabricação de vacinas.

Na semana passada, numa tentativa de prestigiar o ministro, Bolsonaro levou Ernesto para participar de sua "live" e afirmou que não iria demiti-lo.

"Quem demite ministro sou eu", disse ele, na ocasião, citando supostas pressões para a saída do chanceler.

-

Itamaraty

"Após as eleições do Congresso, poderá ocorrer uma reorganização do governo.

Então, talvez, nisso aí, alguns ministros sejam trocados, entre eles o próprio MRE (ministro das Relações Exteriores)." Hamilton Mourão VICE-PRESIDENTE

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>